

**EDcl no ARE nos EDcl no RE nos EDcl no AgInt no AGRAVO EM RECURSO  
ESPECIAL Nº 1.348.520 - SP (2018/0212089-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**EMBARGANTE** : CALIL BUAINAIN JUNIOR  
**EMBARGANTE** : LUCIANA NUCCI DEZOTTI BUAINAIN  
**ADVOGADOS** : CELITA OLIVEIRA SOUSA - DF003174  
LIRIAN SOUSA SOARES CAVALHERO - DF012099  
**ADVOGADA** : CELY SOUSA SOARES - DF016001  
**ADVOGADOS** : RAQUEL CORAZZA - DF017240  
RODOLFO CARLOS WEIGAND NETO - SP166929  
FABIO PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S) - SP199372  
**EMBARGADO** : FLAVIO ABBUD TANUS  
**ADVOGADOS** : HEIDY DE ÁVILA CABRERA - SP205982  
VALERIA APARECIDA CALENTE DUTRA - SP122191  
PATRICIA DE OLIVEIRA FERNANDES E OUTRO(S) -  
SP243751  
JANAINA LEÃO BRAGA - AM012906

**DESPACHO**

Trata-se de recurso extraordinário interposto por CALIL BUAINAIN JUNIOR, contra acórdão prolatado pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça.

O recurso extraordinário teve seguimento negado, por aplicação dos Temas 660, 895 e 181, todos do STF. (fls. 874/879)

Interposto agravo em recurso extraordinário, este não foi conhecido pela Corte Especial, por ser manifestamente incabível essa modalidade recursal contra decisão que nega seguimento a recurso extraordinário. (fls. 943/950)

O trânsito em julgado do feito foi certificado em 03.10.2019. (fl. 961)

Agora, a parte opõe embargos declaratórios, onde alega que haveria omissão, visto que teria aviado o recurso de agravo interno e não o de agravo em recurso extraordinário.

É o resumo do caso.

Preambularmente, consigna-se a impossibilidade de qualquer provimento positivo ou negativo no caso em tela, tendo em conta o exaurimento da prestação jurisdicional junto ao Superior Tribunal de Justiça. De fato, consoante se observa da certidão de fl. 961, já houve a certificação do trânsito em julgado da demanda, não havendo possibilidade da análise dos embargos, o qual só tem efeito integrativo, notadamente após o término efetivo da demanda.

Outrossim, nota-se claramente que a peça processual interposta pelo recorrente foi o agravo em recurso extraordinário, tendo o próprio recorrente escolhido essa nomenclatura ao enviar a peça eletronicamente. Ademais, o próprio recorrente afirma na peça que recorre de "**agravo de instrumento para uma das Turmas do Egrégio STF-Supremo Tribunal Federal**" (fl. 901), não tendo havido qualquer pedido de julgamento da peça pela Corte Especial do STJ. No mais, o próprio recorrente concluiu seu pedido

# *Superior Tribunal de Justiça*

requerendo que **"seu mérito seja analisado e julgado, dando total provimento ao recurso extraordinário interposto"**, naturalmente pelo STF, visto que o STJ não detém competência para julgar o recurso extraordinário.

Assim, não há qualquer dúvida de que a peça interposta foi um recurso de agravo em recurso extraordinário, instrumento processual previsto no artigo 1.042 do Código de Processo Civil, e não o agravo interno, recurso destinado a julgamento pela Corte Especial do STJ.

No mais, observa-se a clara recalcitrância da parte e o seu manifesto intento de rejugamento de causa, com argumentos vazios que visam, apenas, à postergação do fim natural do processo, proceder esse inadmissível, à luz do que preceituam os primados da lealdade e boa fé processual.

Feitas tais considerações, e especialmente em razão do esgotamento da jurisdição do STJ, informe-se ao peticionário que **nada há a prover**.

**Determino, ainda, o arquivamento imediato de quaisquer outras manifestações, dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência.**

Publique-se.

Intime-se.

Cumpra-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente